

## Qual será o futuro do Brasil?

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

*Há muitas pessoas que se intitulam estadistas, mas a melhor definição seria "entreguistas"*

São arremedos de governantes que se postam como donos do país e das decisões, mas seguem o rastro da destruição em vez de alcançar a prosperidade. Endividam o país e depois não conseguem deter o avanço da miséria. A Venezuela deve US\$ 50 bilhões à China, que começou a cobrar essa dívida, parando assim de pagar pelo petróleo, fonte de US\$ 12,7 bilhões ao ano, considerando o barril a US\$ 80. Assim foi com México, Brasil, Argentina e tantos outros mal governados.

A estúpida visão dos candidatos tem a ver com a cobiça pelo poder. Para influenciar eleitores, se aproveitam das insatisfações prometendo o irrealizável. A oscilação da cotação do dólar mostra o quanto o mundo se tornou dependente de uma moeda controlada pelos comandantes do dinheiro que sabem o que querem e como fazer subir ou descer a sua cotação, acarretando efeitos danosos como perdas e desorientação.

Em ambos se percebe que o que menos interessa é o progresso da humanidade; prevalece o desejo de dominar à custa da decadência geral. Dólar a R\$ 4,20 está errado? Dólar a menos de um real, no início do Plano Real, estava certo? Um por um sem base, tinha de iludir e explodir lá na frente o que aconteceu. Foi como uma injeção de morfina que enfraqueceu o paciente. A economia do Brasil está perto da UTI pela falta de seriedade e os candidatos estão enrolando, buscando alguém para culpar. Há muitas injustiças que precisam ser sanadas.

No passado, acontecimentos tristes afetaram as vidas de Tiradentes, Imperatriz Leopoldina, José Bonifácio, D. Pedro II. Mais recentemente outros homens públicos também enfrentaram dificuldades, provavelmente vítimas de interesses contrariados. Consequentemente foi prejudicado o Brasil, país abençoado, mas que, saqueado desde o descobrimento, se acha na encruzilhada da vida. Ouro, metais raros, petróleo, mercado, é tudo o que querem do Brasil, e há também um povo indiferente, sem fibra para se esforçar pela melhora geral das condições de vida.

Desde a complicada tratativa da crise da dívida externa, que explodiu com o choque de juros nos anos 1980, a economia normal perdeu o rumo.

As atividades especulativas, o choque do petróleo e a concentração de riqueza abriram o caminho da precarização geral que poderia ter sido evitada se cada país tivesse mantido um mínimo de equilíbrio nas contas internas e externas, na importação e exportação, na produção, comércio e empregos.

Os governantes achavam que com papel e tinta podiam criar dinheiro à vontade para pagar as contas descontroladas. Depois da explosão de Bretton Woods, em 1971, as coisas desandaram. Juros, arbitragem, câmbio, crédito, passaram a ser a nova máquina de fazer dinheiro à custa da fredda no progresso e do aumento da miséria.

Setembro de 2001 marcou o início do desmanche da ilusão financeira. Em setembro de 2008, Lehman Brothers pediu falência. Dez anos após estamos vivendo a crise e o artificialismo econômico financeiro cambial que algemou a economia dos Estados em passivo de dívidas gigantescas, enquanto a globalização aglutinava a produção industrial com larga economia de escala e utilização da mão de obra mais barata disponível e automação, varrendo milhões de postos de trabalho.

O consumo passou a depender do financiamento, mas com renda restrita houve um sufoco de dívidas. Enquanto os consumidores se debatem em dívidas e baixa renda, já se percebe encalhe de produtos criando a nova estagnação, com a precarização observada no consumo de grande parcela da população mundial.

Com pouca educação e baixo discernimento, a humanidade vai decaindo. A tendência da atual economia e finanças é obscura porque as operações especulativas vão se ampliando, roubando o espaço da economia física de atendimento às necessidades humanas. Para melhorar o futuro temos de conscientizar os jovens de que o estudo é para se aprimorarem e buscarem melhores condições de vida.

O mundo tem de melhorar com professores se empenhando em preparar alunos como cidadãos de qualidade, que irão para a escola, impulsionados pelos pais, com o desejo de aprender, com clareza no pensar e propósitos enobrecedores.

(\*) - Ggraduado pela FE A/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: (bicdutra@library.com.br).

## Projeto estimula exploração do 'pré-sal eólico' no mar

A regulamentação do aproveitamento da energia dos ventos no mar territorial tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Projeto do senador Fernando Collor (PTC-AL), estimula a implantação de usinas eólicas na faixa de águas a 12 milhas (ou a 22 km) da costa, e na zona econômica exclusiva, a 200 milhas (ou 370 km) da costa.

De acordo com a proposta, o litoral brasileiro será dividido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em "prismas eólicos", de forma semelhante ao que ocorre nos blocos de exploração de petróleo e gás natural, conforme seu potencial energético e baixo potencial de degradação ambiental. As unidades de exploração serão disputadas em leilão pelas empresas interessadas, e os parques eólicos marítimos, mediante regulamentação pelo Poder Executivo, repassarão royalties a estados e municípios litorâneos.

Collor justifica seu projeto mencionando estimativas sobre o potencial do "pré-sal eólico"



Usina eólica em implantação no mar da Inglaterra: litoral brasileiro também poderia abrigar parques.

das águas nacionais até 50 m de profundidade, que chega a 400 gigawatts — mais que o dobro de toda a capacidade instalada de geração de energia elétrica no país. O senador lamenta, porém, que o Brasil ainda não tenha construído um parque eólico marítimo, situação que

atribuiu à falta de segurança jurídica para a construção e operação dessas usinas eólicas; ele também lembrou que o país vem descumprindo compromissos internacionais sobre emissão de gases.

"Segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissões de

Gases de Efeito Estufa, houve aumento de mais de 50% nas emissões de gases de efeito estufa provenientes do setor energético de 2005 a 2015. Aumentar a geração de energia eólica no Brasil auxiliará a reverter essa infame constatação", considera o senador (Ag.Senado).

## Eleições devem mobilizar 2 milhões de mesários em todo o país

As eleições deste ano devem mobilizar cerca de 2 milhões de mesários em todo país. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a metade dos mesários se ofereceu para o trabalho de maneira voluntária. Para atuar como mesário, o escolhido recebe treinamentos específicos e orientações de técnicos da Justiça Eleitoral, que o prepara para atuar no dia das eleições.

A cada eleição, a Justiça Eleitoral convoca eleitores maiores de 18 anos e em situação regular para atuar no dia da votação. A convocação exclui candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, e seu cônjuge; membros de diretórios de partidos políticos, desde que exerçam função executiva; autoridades, agentes policiais e funcionários no desempenho de funções de confiança do Executivo; e funcionários do serviço eleitoral.

O mesário é o representante da Justiça Eleitoral na seção de votação. Cabe a ele receber e identificar os eleitores — seja pela verificação de documentos e coleta de assinaturas, seja pela verificação biométrica —, compor as mesas de votos e justificativas, fiscalizar e desempenhar tarefas logísticas e de organização da seção para a qual foi designado.

O eleitor que atua como mesário tem direito à dispensa do serviço pelo dobro de dias e ao desempate em concursos da Justiça Eleitoral, quando prevista essa possibilidade no edital. O treinamento de mesários ocorre nas modalidades presencial e à distância. Neste ano, a Justiça Eleitoral preparou cerca de 180 mil mesários por meio de curso à distância (ABR).

## Ampliar acesso ao saneamento deve ser prioridade absoluta

Segundo o IBGE, menos da metade dos municípios brasileiros tinham um plano de saneamento básico em 2017 (38,2%). Apesar do aumento em relação ao levantamento anterior, de 2011, quando apenas 28,2% das cidades tinham plano para o setor, o número é pequeno diante dos imensos desafios em uma nação de proporções continentais. No Brasil, metade da população não tem sequer coleta de esgoto e mais de 35 milhões de pessoas sobrevivem sem acesso à água tratada.

No plano municipal, o gestor local faz um diagnóstico da situação do saneamento, bem como elenca objetivos e metas para a universalização do acesso aos serviços essenciais. Presidente da subcomissão de Saneamento Ambiental da Câmara, o deputado João Paulo Papa (PSDB-SP) destaca que a área precisa ser tratada como prioridade nacional, pois diz respeito a questões básicas de saúde pública e desenvolvimento sustentável. "O saneamento ambiental brasileiro é um dos grandes



O país só conseguirá índices satisfatórios de saneamento básico em 2050.

desafios políticos que teremos que enfrentar daqui para frente, talvez o maior deles. Metade da população não tem saneamento adequado, com todas as consequências que isso implica em termos de qualidade de vida, problemas de saúde, e questões ambientais", aponta o deputado. De acordo com dados do Instituto Trata Brasil, o país só conseguirá índices satisfatórios de saneamento básico em 2050.

Atualmente, cerca de 101 milhões de brasileiros não têm coleta de esgoto. Em 22 estados brasileiros, menos da metade dos dejetos passam por tratamento. No Nordeste brasileiro, o índice de coleta é de apenas 26,8%. No Norte, a situação é ainda pior: só 10,05% das casas têm coleta e tratamento. É o pior índice do país. Por lá, só 55% da população tem água encanada (psdbnacamar).

## Repelentes contra mosquitos transmissores com isenção de imposto

Diminuir os preços dos repelentes pode contribuir para que boa parte da sociedade se previna contra mosquitos transmissores de doenças. É o que defende a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora de um projeto que acaba com os impostos sobre os repelentes contra mosquitos, e que está na pauta de votação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. A proposta foi rejeitada pelo relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), mas recebeu voto em separado favorável do senador José Amauri (Pode-PI).

O texto reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de repelentes. Para Vanessa, a isenção dos impostos contribuiria para o barateamento do preço e, logo, o maior acesso ao produto por parte da população. A proposta foi elaborada no período em que o Brasil vivenciava, entre 2015 e 2016, a tripla epidemia de vírus transmitidos pelo mosquito Aedes aegypti: dengue, zika e chikungunha.

Para, relator do projeto, a redução no preço final do



Grávidas recebem repelente na rede pública: projeto quer tornar produto mais acessível a toda a população.

repelente oferecido ao consumidor será muito pequena e não favorecerá o crescimento do número de pessoas usuárias do produto nas classes menos favorecidas. Ele argumenta que a distribuição gratuita de repelentes pela rede pública passou a abranger um público maior. A ampliação busca atender pessoas em situação de vulnerabilidade, definidas pelas secretarias de Saúde, que poderão solicitar o produto nas unidades básicas de saúde dos municípios.

Vanessa reconhece a atuação do governo na distribuição gratuita dos repelentes, principalmente para gestantes. Ela acredita, porém, que a ação deve ser complementada por iniciativas que visem aumentar o acesso da população em geral. Para o senador José Amauri, sob o ponto de vista social e da saúde, a intenção de ampliar o acesso da população aos produtos repelentes é "altamente relevante" para toda a sociedade brasileira e deve ser apoiada pela Comissão (Ag.Senado).

## Mais qualidade de vida às pessoas com deficiência

No Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, parlamentares celebraram a passagem da data e ressaltaram iniciativas que visam a inclusão e superação das dificuldades enfrentadas por essas pessoas, que somam mais de 45 milhões. A presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência da Câmara, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), fez uma postagem em suas redes sociais na qual lembra sua trajetória antes e depois do acidente que a deixou tetraplégica.

"Perder os movimentos não seria capaz de me parar", afirma a parlamentar, que pouco depois do ocorrido se engajou na luta pela acessibilidade e inclusão. Mara foi vereadora em São Paulo e uma das responsáveis por tornar a Paulista a avenida com mais acessibilidade em toda a América Latina. Na Câmara foi a relatora da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa



Deputada Mara Gabrilli PSDB/SP.

com Deficiência, considerada exemplo em todo o mundo.

"Antes de quebrar o pescoço eu convivia com as diferenças, mas depois passei a conviver todos os dias com quem não tem oportunidades", destaca a deputada, ao justificar o incansável trabalho em defesa de um país acessível a todos.

"Um dia o médico me disse

que eu tinha 1% de chance de voltar a me mexer. Persisti 21 anos, recuperei os movimentos do braço esquerdo há três anos e passei a pilotar [minha cadeira]", comemora Mara, que acaba de ser eleita a primeira brasileira integrante do Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (psdbnacamar).